

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**

**22<sup>a</sup> REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA  
BRASÍLIA, 16 A 19 DE JULHO DE 2000**

**FÓRUM DE PESQUISA 17:  
OCUPAÇÕES DE TERRA: ANTROPOLOGIA DE UMA SAGA**

**Coordenador:  
Lygia Sigaud (MN/UFRJ)  
Benoît de L'Estoile (Ecole Normale Supérieure, Paris)**

A partir do início dos anos 90 alguns milhares de indivíduos começaram a montar *acampamentos* em engenhos localizados na Zona da Mata de Pernambuco e a reivindicar a sua desapropriação para fins de reforma agrária. Muitos dos engenhos assim ocupados já foram efetivamente desapropriados pelo Incra (órgão do Governo Federal): tornaram-se, na linguagem oficial, *assentamentos*, tiveram suas terras recortadas sob a forma de *parcelas* e distribuídas entre aqueles que realizaram a ocupação e os trabalhadores que porventura nelas já residissem anteriormente. Este processo, novo naquele Estado da Federação, está intimamente associado: ao declínio da monocultura canavieira que durante quatro séculos constitui a atividade econômica dominante na Mata pernambucana; à entrada de mediadores interessados na área, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que assumiu a iniciativa das primeiras ocupações, sendo secundado por mediadores já estabelecidos, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais; e, finalmente à vontade política do Governo Federal de apresentar resultados no domínio das políticas sociais.

O estudo da sócio-gênese dos *acampamentos*, de suas condições de reprodução e da passagem à forma *assentamento* tem sido objeto de pesquisa desenvolvida a partir do Museu Nacional e em estreita colaboração com colegas antropólogos e sociólogos do *Departement de Sciences Sociales*, da *Ecole Normale Supérieure* de Paris, desde fins de 1997. A proposição que ora encaminho à ABA visa criar um espaço em nossa reunião anual para apresentar os resultados do trabalho que vimos realizando. A organização de um Fórum de Pesquisa me parece ser a modalidade apropriada. Além de reunir pesquisadores seniors e juniors já envolvidos na pesquisa, o fórum poderá aglutinar antropólogos dispersos em território nacional que estejam trabalhando em temas afins. O modo como estamos conduzindo o trabalho permite que se explore diferentes áreas do conhecimento na disciplina. Trata-se de um estudo de vários *acampamentos* e *assentamentos*, com cada caso sendo analisado de um ponto de vista comparativo, como se cada um iluminasse o outro e permitisse colocar em relevo as diferenças. A emergência de grupos sociais, a estruturação de formas de coesão social e as simbologias que lhes são associadas, a

constituição de pretensões à legitimidade de direitos pleiteados, as relações com o poder municipal, os contrangimentos impostos pelas políticas ambientais, o declínio e a ascensão de grupos, as dependências recíprocas entre mediadores interessados e executores de políticas governamentais são algumas das dimensões que vem sendo contempladas: elas constituem exemplos do campo de possibilidades de debates.

**1º SESSÃO (17/07)****DAS 14:00-14:20H - APRESENTAÇÃO DO FÓRUM PELOS COORDENADORES****DAS 14H20-17H00: - ACAMPAMENTOS E MOVIMENTOS SOCIAIS****Debatedores: Benoît de L'Estoile (LSS/ENS)****Aurélio Vianna Jr. (IDESC)****LUTAS POLÍTICAS E RITUAIS – A “MÍSTICA” DO MST.****Karin Cristina Caneparo (UFSC)**

Baseado em pesquisa realizada em Fraiburgo (SC) em fevereiro de 2000, este trabalho tem como tema a “mística” presente nos rituais de ocupação, acampamento e assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A categoria nativa “mística” no contexto do MST abrange o conjunto das atividades artístico-culturais que transmitem e reforçam o etos do “sem-terra”. Dentre essas atividades, a *música* e a *musicalidade* são elementos indispensáveis. A *música* como produção sonora em si, a *musicalidade* como universo de seus significados dominado pelo simbolismo, politicidade e religiosidade. O trabalho problematiza a relação entre a “mística” e a dimensão político-religiosa da luta pela terra.

**DA “COLÔNIA” AO “SERTÃO”: OS “LIBERADOS” E A FORMAÇÃO DO MST NO NORDESTE BRASILEIRO.****Marcelo Carvalho Rosa (IUPERJ)**

Os anos 90 marcam o início do MST no Nordeste. A expansão deste *movimento de colonos* deu-se pelo “envio” de homens, em sua maioria gaúchos, socializados em acampamentos e em cursos de formação do MST. A *missão* destes chamados “liberados” era *trabalhar* para fundar e consolidar o movimento no Nordeste. Com a volta dos “liberados”, os limites simbólicos do movimento se ampliaram para além de suas marcas meridionais. Por outro lado, a partir da *odisséia* no Nordeste, os “liberados” adquiriram atributos carismáticos, diferenciando-se das demais lideranças. Em campo, conhecemos dois jovens líderes, recém-chegados, cujas esposas eram militantes nordestinas do MST. São casos exemplares que permitem pensar as congruências e incongruências entre espaços simbólicos vividos pelos agentes nas duas regiões. É necessário portanto indagar a respeito dos sentimentos acionados pelo MST, que fazem com que ele se torne o portador legítimo de aspirações historicamente construídas por agentes tão diversos, como o sindicalismo rural e os movimentos religiosos no sul e no nordeste

## **A ESTRUTURA ELEMENTAR DOS ACAMPAMENTOS: NOTAS A PARTIR DA VERSÃO PERNAMBUCANA**

**Lygia Sigaud (MN/UFRJ)**

Acampar em engenhos é coisa nova em Pernambuco. Antes da chegada de militantes do MST à zona canavieira (início dos anos 90) havia acampamentos. Mas eram feitos defronte à sede de usinas ou prédios públicos. Os participantes – trabalhadores rurais liderados por seus Sindicatos – demandavam cumprimento de acordos coletivos e protestavam contra atos de violência. Não se tratava de instalar barracas em engenhos e cobri-las de lona, nem de erguer bandeiras, nem de pedir terra. A partir de meados da década os acampamentos, organizados pelo MST e também por Sindicatos, generalizam-se e Pernambuco torna-se o Estado com o maior número de ocupações. Pesquisa feita no litoral sul, permite perceber que a sequência de acontecimentos que culmina num acampamento é diversificada, assim como a sua composição social (desde trabalhadores desempregados instalados em cidades até moradores fixados em engenhos). Mas - a pesquisa também o revela - inúmeros são os indícios de que existe uma forma, uma estrutura elementar, comum a todos eles. Por meio da comparação sistemática entre vários acampamentos, pretende-se identificar esta forma e examinar as condições sociais que contribuíram para que se tornasse o modo legítimo de lograr o parcelamento dos engenhos.

## **“AÍ EU VIM PARA FICAR...”: ESTUDO DE TRAJETÓRIAS E MOTIVAÇÕES EM ENGENHOS OCUPADOS**

**Sergio A. Chamorro Smircic (MN/ UFRJ)**

O trabalho examina um aspecto do processo de ocupações – em curso na Mata Sul pernambucana desde o início dos anos 90 – de engenhos produtores de cana-de-açúcar: o que leva os indivíduos a participar de uma ocupação, a ela aderir depois de realizada e lá permanecer? Para abordar esta dimensão, freqüentemente negligenciada nos estudos sobre “reforma agrária”, serão tomadas duas ocupações: uma realizada em 1997 e organizada por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e outra levada a cabo em 1999 e capitaneada por um Sindicato de Trabalhadores Rurais filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Por meio da análise comparativa das trajetórias dos indivíduos que nela estiveram implicados, buscar-se-á colocar em evidência a complexidade das condições sociais que têm contribuído para que ocorram as ocupações de terra.

## **A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SENTIDO EM UMA OCUPAÇÃO DE TERRA.**

**David Fajolles (ENS/MN/UFRJ)**

O acampamento do engenho Mamucaba, no município de Tamandaré (PE), no ano de 1999, quando foi realizada a pesquisa, encontrava-se em situação de forte expectativa em relação à possibilidade de desapropriação. Foi possível então perceber a existência dentro do grupo, já bastante reduzido por conta dos despejos, de um trabalho coletivo de construção de sentido para a ocupação. Além da elaboração de uma narrativa heróica sobre as ocupações do engenho e os despejos sofridos, avaliava-se, nos debates entre acampados, a legitimidade de cada um ter acesso à terra. Eram discutidas as normas de participação na ocupação, da permanência individual e da delegação no acampamento, bem como a necessidade de impor regras morais. Este trabalho pretende portanto reconstituir tal processo e analisar suas implicações.

## **2ª SESSÃO (18/07) DAS 14HS-17HS - USOS DA TERRA E TRANSFORMAÇÕES DA DOMINAÇÃO**

**Debatedores: Beatriz Heredia(IFCS/UFRJ)  
Lygia Sigaud (MN/UFRJ)**

### **ENGENHO, ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO: AS VICISSITUDES DA “REFORMA AGRÁRIA”.**

**Alexandra Barbosa da Silva(MN/UFRJ)**

Em setembro de 1995, o engenho Cipó, situado no município de Tamandaré (Pe) foi transformado em assentamento pelo Incra e teve suas terras distribuídas entre 37 parceiros, a maioria deles originários de um acampamento ali instalado. Tratava-se da primeira desapropriação feita na faixa litorânea sul Estado após a chegada do MST naquela área. O trabalho visa, num primeiro momento, reconstituir os acontecimentos que desembocaram na tomada das terras pelo Incra, tendo como ponto de partida a situação do engenho antes da constituição do acampamento que reivindicou a “reforma agrária”. Em seguida procurar-se-á identificar os diferentes atores envolvidos e examinar o sentido que teve para eles a participação neste processo. Por fim, serão exploradas algumas hipóteses a respeito dos efeitos multiplicadores da constituição do assentamento naquela área e naquele momento.

### **ASSOCIAÇÕES EM ASSENTAMENTOS: MOTOR DA MUDANÇA OU NOVA INSTÂNCIA DE DOMINAÇÃO?**

**Marie Gaille (LSS/ENS)**

No processo de “reforma agrária”, as associações são unidades administrativas que reagrupam parcelas constituídas após a desapropriação de um engenho e consistem na única estrutura coletiva nos assentamentos. Para o Incra, as associações são o fórum de decisão coletiva sobre projetos agrícolas e demais aspectos da vida no engenho, como construção de escola e moradia, e seu presidente, o interlocutor privilegiado para o acompanhamento da “reforma agrária”. Assim, a associação seria um motor essencial de mudança social. Pesquisa realizada em Cipó, assentamento de Pernambuco, permite colocar em xeque esta suposição. A partir da percepção que têm os parceiros a respeito do funcionamento da associação, poderíamos perguntar: a associação não seria na realidade uma nova instância de dominação? De acordo com quais modalidades e em proveito de quem? A estrutura imposta não contribuiria para a hesitação dos parceiros face às estratégias possíveis: trabalho familiar ou projetos coletivos?

## **SISTEMAS POLÍTICOS DA MATA PERNAMBUCANA: VELHOS MODELOS E NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO.**

### **Benoît de L'Estoile (LSS/ENS)**

Engenhos localizados na Zona da Mata Sul de Pernambuco, nos quais está em curso o processo de “reforma agrária”, vêm enfrentando uma transformação radical, com o fim do antigo sistema de dominação pessoal, próprio ao engenho tradicional, e a emergência de novas formas políticas nos assentamentos, sobretudo através do surgimento da forma jurídica das “Associações”. Este artigo pretende explorar alguns modelos nativos disponíveis (tais como “engenho”, “sítio” e “comunidade”) para pensar essas transformações, os quais orientam o comportamento dos participantes assim como as forças sociais favorecendo este ou aquele modelo. Em particular, estudaremos como esses modelos estão sendo mobilizados nos conflitos, e o papel dos órgãos burocráticos estatais fazendo o acompanhamento da “reforma agrária” e transformando os modos de dominação.

## **“AGORA ESTAMOS EM CASA”: FORMAS DE INVESTIMENTO DOMÉSTICO NA “REFORMA AGRÁRIA”.**

### **Frederic Viguier (LSS/ENS)**

Na pesquisa realizada em um assentamento de Tamandaré (PE), observou-se que havia entre as famílias de assentados diferenças entre as casas e, sobretudo, formas distintas de investimento doméstico. Ora, esta diversidade de formas de investimento parece ser homóloga a uma diversidade de formas de investimento político. O trabalho explorará esta hipótese, conferindo especial atenção aos diversos aspectos em jogo no investimento doméstico: trajetória dos assentados, divisão sexual de tarefas, importância dos projetos do Incra (qual seria a concorrência ou complementaridade entre os créditos individualizados para construção de casas e aqueles para projetos coletivos?) e, finalmente, formas de relação com o porvir.

## **COSMOLOGIA E RECRIAÇÃO DO ESPAÇO – OS XOKLENG EM IBIRAMA.**

### **Silvia Loch (UFSC)**

O tema do trabalho é o espaço nas sociedades indígenas em suas formas de representação concretas ou abstratas. Busca-se compreender que significados o espaço pode adquirir na estrutura social e política e como ele é concebido no plano cosmológico. A etnografia, que está sendo realizada na reserva indígena de Ibirama (SC), aponta para diferentes formas de espacialização dos Angoicá (Xokleng). Lá, o modo tradicional de vida nômade foi substituído pela fixação na área, através de uma seqüência de assentamentos. Esta foi marcada pela alternância de processos de territorialização que determinou e re-significou o próprio

conceito de aldeia, sua organização, a distribuição das casas e das terras em uma estrutura que por vezes revela uma negação da Aglomeração.

## **TERRA E LIBERDADE: CATEGORIAS DA MODERNIDADE.**

### **Afranio Garcia Jr.(CRBC/EHESS)**

O trabalho visa discutir o acesso ao patrimônio fundiário por categorias que sempre estiveram excluídas do acesso à residência própria e a campos de cultivo e, por conseguinte, sem poder fazer parte do que se convencionou chamar de sistema de mercados. Baseia-se no confronto de pesquisas realizadas sobre a emergência de um neo-campesinato ao longo dos trinta últimos anos no Nordeste e no Estado do Rio; tenta captar a especificidade do momento presente onde o Estado sanciona positivamente a possibilidade da instalação definitiva de novas explorações familiares.



### **3ª SESSÃO (19/07) - MEIO AMBIENTE, ESCOLA E POLÍTICA NO CONTEXTO DA “REFORMA AGRÁRIA”**

**Debatedor: José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ)**

#### **ASSENTAMENTOS NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: NOTAS PRELIMINARES.**

**Sylvia Maria dos Reis Maia (FFCH/UFBA)**

Este trabalho tratará de questões referentes a quatro assentamentos localizados na região cacauzeira da Bahia: o processo de luta dos assentados; a organização de grupos nos assentamentos; o desenvolvimento de programas de conservação do meio ambiente através de práticas ecológicas e associativas; e a parceria com o projeto Jupará. Trata-se ainda de examinar as apropriações que estão se dando de forma diferenciada, individual ou coletiva, conforme normas do Incra. Anteriormente, os lotes eram demarcados e distribuídos aos indivíduos. Hoje, a posse é coletiva, ou seja, a terra desapropriada é entregue a uma Associação formada pelos assentados e passa a ser propriedade de todos, sob um único título, sendo explorada coletivamente, o que tem causado problemas e portanto merece reflexão. A proposta visa apresentar estas questões de forma sistemática, mediante uma preliminar etnografia dos quatro assentamentos.

#### **USOS SOCIAIS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS.**

**Thereza Menezes (MN/UFRJ)**

Este trabalho visa ao estudo do modo como o uso de restrições baseadas na Legislação Ambiental produz efeitos em assentamentos rurais. Para tal, tomaremos assentamentos rurais situados em dois municípios da Mata Sul de Pernambuco – que desde 1997 tiveram parte de seu território inserida em uma Área de Proteção Ambiental. Trata-se de analisar as divergências entre mediadores (Incra, Ibama, órgãos estaduais de meio ambiente) no que se refere ao estabelecimento de projetos concorrentes de desenvolvimento para os assentamentos, as quais indicam a existência de um estatuto diferenciado do conceito de “sustentabilidade” entre as instituições. Outra questão remete ao uso, entre os assentados, do estatuto legal do meio ambiente: procuramos mostrar como a adesão à crença no imperativo da preservação ambiental tem estado associada às possibilidades da utilização deste código para regular conflitos de várias ordens.

## **A ESCOLA E A USINA: DA DOMINAÇÃO TRADICIONAL ÀS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS.**

### **Delphine Serre (LSS/ENS)**

O objetivo desta intervenção é analisar os efeitos das transformações sociais em curso na Mata pernambucana a partir das relações entre as escolas e as usinas de açúcar. Primeiramente, analisaremos o modo pelo qual uma usina (Trapiche) gere suas escolas. Mostraremos como as escolas participam da reprodução de um mundo fechado e como ocupam um lugar específico no cerne do sistema de dominação tradicional, que é comparável, em vários aspectos, à dominação pessoal exercida pelos patrões nos engenhos particulares. Em seguida, tentaremos compreender o que, neste caso, explica a estabilidade de um antigo modo de dominação. Compararemos a situação desta usina, em processo de reestruturação, com a de uma outra (Cucaú) que, em crise, “renunciou” à gestão das escolas. Examinaremos como a herança desta antiga gestão ainda está presente nas escolas mesmo quando repassadas à prefeitura. Tentaremos enfim identificar as mudanças ligadas à passagem da gestão privada (feita pela usina) à municipal. Distinguiremos para isso as transformações “objetivas” e as percepções que delas têm os diferentes agentes: os próprios professores e a secretaria municipal de educação.

## **OS “SENTIDOS” DA ESCOLA PARA ADULTOS: PERFIS DE ALUNOS EM UM CONTEXTO DE INCERTEZA.**

### **Liliane Bernardo (LSS/ENS)**

Este trabalho procura examinar diferentes estratégias de reconversão em um contexto de incerteza, como o atualmente vivido pelos habitantes da Zona Canavieira (PE). O foco incidirá sobre a educação de adultos, aqui tomada como um dos recursos mobilizáveis para a reconversão. A pesquisa realizada, por meio de observação em sala de aula e entrevistas com alunos e professores, esteve centrada em dois cursos oferecidos pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) no âmbito de um programa de “desenvolvimento sustentável”: um de direito (intitulado “Liderança, participação e consciência do direito à cidadania”) e outro de cidadania (“Liderança e participação”). Será analisada a pedagogia aplicada neste programa e procurar-se-á sobretudo examinar a forte adesão aos cursos por parte de todos os alunos.

## **POLÍTICA MUNICIPAL E “REFORMA AGRÁRIA”.**

### **Jorge F. Pantaleón (MN UFRJ)**

O trabalho visa problematizar a noção de política municipal. Trata-se de examinar, a partir de pesquisa em municípios na Mata pernambucana, quem faz política municipal e em relação a quem. O contexto geral que confere especificidade ao objeto de estudo são as mudanças sociais na região, sobretudo a “reforma agrária”. Trata-se de comparar a atuação de três prefeitos de municípios vizinhos (um ex-dirigente sindical de trabalhadores rurais, um dono de engenhos e comerciante, e outro cuja origem remete à atividade pesqueira) em relação aos assentamentos e acampamentos.